



19 de abril de 2017

A Crise Fiscal no Estado do Rio de Janeiro

Palestrante – Mauro Osorio



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 19 de abril de 2017

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

A Crise Fiscal no Estado do Rio de Janeiro

Os tópicos da apresentação foram os seguintes:

- Foi discutida a crise fiscal no estado, considerada pelo Conselho absolutamente traumática, e foi ressaltada a importância de debater sobre os equívocos relacionados ao tema a fim de analisar as alternativas para sair da crise.
- Foi dito que se a economia do Rio de Janeiro não voltar a crescer e a crise não for equacionada, a situação vai ficar extremamente complicada. A situação do estado do Rio é complexa e a cidade pode acabar sendo tragada também.
- O estado do Rio de Janeiro tem um marco de poder particularmente complicado, mas, segundo Mauro Osorio, o principal problema do estado do Rio de Janeiro é a queda de receita.
- O estado do Rio de Janeiro tem uma queda de receita muito mais grave do que outras unidades federativas e entra na crise com a situação mais grave porque vem de décadas de decadência., com uma estrutura produtiva muito oca.
- Analisando a variação da participação relativa das unidades federativas no PIB Nacional, entre 1970 e 2014, o estado do Rio foi o que mais perdeu participação no PIB. É claro que é positivo ter desconcentrado territorialmente. O Norte está crescendo mais, o Centro-Oeste está crescendo mais. O sul tem perdido menos. O Nordeste tem crescido enquanto na região Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo perdem.
- Analisando a arrecadação do ICMS nas unidades federativas em 2000, 2004 e 2015, Minas Gerais ultrapassa o Rio de Janeiro em termos de receita do ICMS a partir de 2004 e isso se mantém. Em 2016, o Rio de Janeiro continua como terceiro: nós temos um dinamismo de arrecadação mais baixo. Isso não tem a ver com incentivo fiscal, tem a ver, na verdade, com a falta de braço produtivo para arrecadação. Temos uma estrutura produtiva oca, principalmente na periferia metropolitana e no interior fluminense. Enfim, hoje nós somos o terceiro em termo de arrecadação de ICMS.
- Tem uma discussão muito reproduzida pela mídia de que o estado do Rio de Janeiro teve uma bonança e aproveitou mal essa bonança. Nós nos aproximamos da trajetória nacional, ou seja, deixamos de ser o "lanterna" e passamos a ter um dinamismo um pouco maior, mas longe de ter tido uma bonança. Tem que haver uma estrutura de planejamento, uma infraestrutura que permita, de fato, estar alavancando e criando maior oportunidade a partir da

boa relação com o governo federal. Houve falta de prioridades e, muitas vezes, falta de estrutura para fazer projetos.

- A receita corrente líquida do estado do Rio de Janeiro cai entre 2015-2016. Enquanto na média dos governos estaduais ela sobe 33%%, no Rio de Janeiro ela cai 7%. É claro que na receita corrente líquida não estão as transferências federais voluntárias.

- Precisamos ampliar o debate da periferia metropolitana. Enquanto não tivermos um Plano Marshall na periferia metropolitana não há possibilidade de ter estrutura produtiva nessa ou naquela região. Ou vai faltar água, ou energia elétrica, etc. Espaço tem, mas não tem espaço com infraestrutura.

Aparte do conselheiro Cezar Kirszenblatt: O Rio de Janeiro, muitas vezes, vira as costas para essa imensa região metropolitana. O município precisa, de certa forma, assumir um protagonismo.

Aparte da subsecretária de Planejamento e Gestão Governamental da cidade do Rio de Janeiro, Aspásia Camargo: nós estamos fazendo uma reunião para o Plano do Desenvolvimento Sustentável até 2030. E o Plano Estratégico pra 2018-2021. A ideia é fazer junto com o PPA (Plano Plurianual), porque o PPA é uma ferramenta importantíssima de planejamento que é sempre falsa porque está desconectada dos governos.

A falta de política habitacional coerente tem agravado demais as deformações espaciais. As pessoas vão fazer a casa lá longe porque é ilegal ou porque ninguém vai saber que existe e quando a situação vem à tona já é um problema imenso que não se sabe como resolver.

Juntar emprego e residência seria uma política que teria que usar muitos instrumentos urbanos para poder corrigir essa deformação.

O caminho é começar a colocar no Planejamento Estratégico o Planejamento Regional.

Mauro Osorio retoma a palavra

- Outro desafio é tentar avançar no orçamento territorializado. O IPP tem participado bastante da proposta de criação das superintendências. Ainda é um projeto em aberto, mas o IPP tem servido como suporte técnico de dados, de indicadores e de pesquisas da Prefeitura. O Instituto não vai entrar em nenhuma ação executiva, não vai operar política social.

- No caso das superintendências, nós participamos muito da criação do decreto original. Apresentamos o SIURB, Sistema de Informações Urbanas, para cada um dos 16 superintendentes. A ideia é a superintendência não ser subprefeitura com um novo nome, ou seja, não é um agente político-partidário do prefeito no território. São pessoas que devem estar acompanhando, cobrando e sugerindo políticas públicas no território, a fim de integrar cada um desses territórios.

- Nós só temos 12 municípios dos 92 que têm o percentual de emprego formal privado, comparando com a população, superior à região sudeste. Ou seja, nosso interior fluminense também não tem estrutura produtiva significativa. De fato, temos uma estrutura produtiva oca. A gente só vai ter uma receita tributária razoável à medida que houver um adensamento produtivo nas diversas regiões.

- A cidade do Rio de Janeiro tem muito mais emprego celetista do que a gente imagina. Não tem onde cortar servidor do estado. Só tem saúde, educação e segurança. Nas outras áreas não tem gente.

- Nós temos um problema estrutural. No curto prazo, não vamos sair dessa dificuldade sem a participação do governo federal.

- É necessário fazer a reavaliação do saldo dos royalties.

Aparte da subsecretária de Planejamento e Gestão Governamental da cidade do Rio de Janeiro, Aspásia Camargo: nós temos que fazer um plano estratégico para saber como vamos reorganizar o estado porque o meu medo é: nesse estado de bagunça, quem é que vai querer ser governador? Um estado que não serve para nada e que está quebrado deveria começar com saúde, educação e segurança. Uma máquina mínima que você vai aumentar no ano seguinte. Tem que fazer uma estrutura mínima e racional.

- O valor dos royalties caiu de doze bilhões em 2013 para quatro bilhões em 2016, representando uma grande queda. Eles estão sendo direcionados para pagar a antecipação. Hoje, ele representa apenas 6% do total da receita e é distribuído de uma forma totalmente diferente.

- Niterói, Maricá e Saquarema estão tendo crescimento de receita importante.

- O Rio de Janeiro tem uma receita baixa em comparação com os outros estados. Por exemplo, a receita pública em São Paulo é cinco vezes maior que a nossa.

- Quando falta receita significa que faltou planejamento e investimento. Quando temos uma receita baixa é muito mais difícil utilizar o dinheiro que está disponível para investimento e capitalização. O motivo está vinculado à falta de estrutura produtiva.

- O Rio de Janeiro é o segundo estado de pior inadimplência, só perdendo para a Amazônia. Santa Catarina é o estado mais adimplente.

- O trabalho informal é uma característica do Rio de Janeiro.

- A classe média não consegue controlar a renda real porque os gastos são imensos. É uma cadeia de contas para pagar e serviços mal feitos. Portanto, a pessoa que deseja formalizar o trabalho corre um grave risco de ficar endividada.

- A economia do Rio de Janeiro é totalmente corporativa. Nós temos uma receita menor e entramos na crise mais frágil. É necessário dinheiro federal para sair da crise.

- A questão do estado do Rio de Janeiro não é gasto com pessoal ativo. Não houve um aumento do número de funcionários públicos no período de 2006 a 2015, mesmo levando em consideração a contratação na área de segurança.

- O desafio do Rio de Janeiro consiste em descobrir como criar receita. O governo federal arrecada mais de 100 bilhões de reais e devolve sete bilhões. É necessário equacionar a questão fiscal do Rio de Janeiro para poder sair desse estado de calamidade pública.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.